

POLICIAL FEMININA NA ROCAM, DA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS: QUEBRA DE PARADIGMAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

FEMALE POLICE OFFICER IN THE ROCAM UNIT OF THE AMAZONAS MILITARY
POLICE: BREAKING PARADIGMS, CHALLENGES AND PERSPECTIVES

POLICÍA FEMENINA EN LA UNIDAD ROCAM DE LA POLICÍA MILITAR DEL
AMAZONAS: ROMPIENDO PARADIGMAS, DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS

Solange Silva da Silva¹

Denison Melo de Aguiar²

Antonio Anderson Coelho Silva³

Matheus Dantas de Oliveira⁴

Suelem Dutra Lima⁵

RESUMO: O presente artigo analisa o impacto do motopatrulhamento tático no combate à criminalidade em Manaus/AM, sob a ótica da atuação da 3ª Companhia de Motocicletas do 2º BPCCHOQUE/ROCAM e a inserção das mulheres nesse contexto especializado. O objeto de pesquisa centra-se na evolução da presença feminina frente aos paradigmas de uma instituição historicamente masculinizada e na eficácia operacional da modalidade motorizada para transpor barreiras de mobilidade urbana. O objetivo geral é identificar os desafios estruturais, culturais e ergonômicos que permeiam o trabalho real das policiais femininas. Metodologicamente, o estudo é de natureza básica, qualitativa e exploratória, fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental com análise de conteúdo de relatórios oficiais e produções acadêmicas. Os resultados indicam que, embora o motopatrulhamento tático amplie significativamente a capacidade de resposta policial em áreas de difícil acesso e reduza índices de roubos, a integração feminina enfrenta obstáculos como a falta de infraestrutura adequada, equipamentos sem adaptação ergonômica e a persistência de uma cultura de exaltação da virilidade. Conclui-se que o fortalecimento da segurança pública no Amazonas exige investimentos em equidade institucional, modernização logística e treinamentos contínuos que valorizem a diversidade tática do efetivo.

1

Palavras-chave: Motopatrulhamento tático. Polícia Militar do Amazonas. Gênero. ROCAM. Segurança Pública.

¹ Licenciada em Matemática pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Especialista em Informática Educativa pela Universidade do Estado do Pará (UFPA). Especialista em Segurança Pública e Inteligência pela Educaminas. Cadete do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Amazonas e Bacharelada em Segurança pública e do Cidadão pela universidade do Estado do Amazonas (UEA).

² Pós-Doutor UniSalento (Itália-2024), Doutor em Direito. Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA).

³ Graduado em fisioterapia pela Faculdades Nordeste (FANOR 2011). Especialista em Gestão em segurança pública pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI 2023). Graduando em segurança pública e cidadania pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Cadete da Polícia Militar do Amazonas.

⁴ Bacharel em jornalismo, pela Unifavip Devry. Especialista em Segurança Pública pela Faculdade Focus. Cadete da Polícia militar do Amazonas e bacharelado em Segurança Pública e Cidadania na Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

⁵ Bacharel em Direito pela Universidade do Norte – UNINORTE. Especialista em Direito Penal pela Faculdade Internacional Signorelli - FISIG. Especialista em Segurança Pública e Cidadania pelo Instituto FACUMINAS. Especialista em Segurança Pública e Privada pelo Instituto FACUMINAS. Especialista em Docência do Ensino Superior pelo Instituto FACUMINAS. Especialista em Segurança Pública pelo Instituto FACUMINAS. Cadete da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Graduanda em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA.

ABSTRACT: This article analyzes the impact of tactical motorcycle patrols in combating crime in Manaus/AM, focusing on the performance of the 3rd Motorcycle Company of the 2nd BPCHOQUE/ROCAM and the insertion of women in this specialized context. The object of research centers on the evolution of the female presence in the face of the paradigms of a historically masculinized institution and the operational effectiveness of the motorized modality in overcoming urban mobility barriers. The general objective is to identify the structural, cultural, and ergonomic challenges that permeate the real work of female police officers. Methodologically, the study is basic, qualitative, and exploratory, based on bibliographic and documentary research with content analysis of official reports and academic productions. The results indicate that, although tactical motorcycle patrols significantly expand police response capacity in hard-to-reach areas and reduce robbery rates, female integration faces obstacles such as a lack of adequate infrastructure, equipment without ergonomic adaptation, and the persistence of a culture of exaltation of virility. It is concluded that strengthening public security in Amazonas requires investments in institutional equity, logistical modernization, and continuous training that values the tactical diversity of the personnel.

Keywords: Tactical motorcycle patrols. Amazonas Military Police. Gender. ROCAM. Public Security.

RESUMEN: Este artículo analiza el impacto de las patrullas tácticas en motocicleta en la lucha contra la delincuencia en Manaus/AM, desde la perspectiva de la 3.^a Compañía de Motociclistas del 2.^o BPCHOQUE/ROCAM y la inclusión de las mujeres en este contexto especializado. La investigación se centra en la evolución de la presencia femenina frente a los paradigmas de una institución históricamente masculinizada y la eficacia operativa de la modalidad motorizada para superar las barreras de la movilidad urbana. El objetivo general es identificar los desafíos estructurales, culturales y ergonómicos que permean el trabajo real de las mujeres policías. Metodológicamente, el estudio es de naturaleza básica, cualitativa y exploratoria, basado en investigación bibliográfica y documental con análisis de contenido de informes oficiales y producciones académicas. Los resultados indican que, si bien las patrullas tácticas en motocicleta amplían significativamente la capacidad de respuesta policial en zonas de difícil acceso y reducen las tasas de robo, la integración femenina enfrenta obstáculos como la falta de infraestructura adecuada, equipos sin adaptación ergonómica y la persistencia de una cultura que exalta la virilidad. Se concluye que el fortalecimiento de la seguridad pública en Amazonas requiere inversiones en equidad institucional, modernización logística y capacitación continua que valore la diversidad táctica del personal.

Palabras clave: Patrulla táctica de motocicletas. Policía Militar de Amazonas. Género. ROCAM. Seguridad Pública.

INTRODUÇÃO

A segurança pública contemporânea, especialmente em metrópoles complexas como Manaus, exige uma constante evolução das estratégias de policiamento ostensivo para enfrentar a criminalidade urbana. No cenário amazonense, o crescimento desordenado e os desafios de mobilidade urbana impuseram a necessidade de unidades altamente especializadas, como a 3^a

Companhia de Motocicletas do 2º Batalhão de Choque, a ROCAM. Segundo Portela, Myadaira e Aguiar (2025), a reativação do motopatrulhamento tático em 2020 surgiu como uma resposta direta ao aumento de delitos praticados com o uso de motocicletas, que garantem aos infratores uma fuga rápida por vias estreitas e becos. Esta modalidade de policiamento não apenas amplia a capacidade de resposta estatal, mas redefine a presença física da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) em zonas de alta vulnerabilidade social, onde o patrulhamento em viaturas convencionais de quatro rodas encontra severas limitações geográficas e operacionais.

O objeto central deste estudo reside na interseção entre a eficiência operacional do motopatrulhamento tático e a trajetória de inserção das mulheres na PMAM, um processo que remonta à década de 1980. Conforme destacam Pereira, Santos e Aguiar (2025), a criação do Pelotão de Polícia Feminina foi o marco inicial que permitiu a transição de uma corporação exclusivamente masculina para uma instituição que, embora ainda majoritariamente masculina, começa a absorver a mão de obra feminina em funções de maior complexidade. Analisar a atuação feminina dentro da ROCAM e do motopatrulhamento não é apenas uma questão de preenchimento de vagas, mas de compreender como a quebra de paradigmas e a superação de desafios estruturais impactam a eficácia da segurança pública. O estudo foca, portanto, nas nuances dessa integração e nos obstáculos que ainda persistem para as policiais que buscam atuar na linha de frente do policiamento especializado.

3

A relevância social desta pesquisa justifica-se pela necessidade premente de garantir uma segurança pública que seja, simultaneamente, eficiente no combate ao crime e representativa da diversidade social. A criminalidade em Manaus apresenta contornos específicos, onde a agilidade do motopatrulhamento se mostra decisiva para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas. No entanto, como apontado por Silva e Aguiar (2025), a análise das redes sociais e da comunicação digital da PMAM revela que a imagem da corporação e a aceitação de suas diversas frentes de trabalho passam pela percepção de modernização e inclusão. Ao debater o papel da mulher no motopatrulhamento tático, o trabalho contribui para o fortalecimento da cidadania e para a construção de uma polícia mais próxima dos direitos humanos, capaz de operar com técnica e sensibilidade em ambientes de conflito.

Sob o prisma acadêmico, a pesquisa preenche uma lacuna crítica sobre as relações de gênero dentro de unidades de elite na Região Amazônica. A literatura nacional frequentemente foca em centros urbanos como Rio de Janeiro ou São Paulo, mas a realidade da PMAM oferece dados únicos sobre a adaptação de doutrinas nacionais em um território de dimensões

continentais. Ribeiro e Faria (2023) argumentam que analisar a atuação feminina sob a perspectiva de gênero permite desvelar as estruturas invisíveis de poder que ainda moldam a carreira policial militar brasileira. Este artigo propõe-se a sistematizar essas informações, utilizando o motopatrulhamento tático como estudo de caso para verificar como a divisão sexual do trabalho, discutida amplamente por Grisoski (2022), se manifesta em contextos que exigem alto vigor físico e destreza técnica, desafiando concepções tradicionais de virilidade.

O problema de pesquisa que norteia este trabalho questiona quais são os principais desafios estruturais, culturais e operacionais enfrentados pelas mulheres da PMAM na busca pela inserção e permanência no motopatrulhamento tático da ROCAM. A pergunta central busca entender se a eficácia repressiva do motopatrulhamento, detalhada por Portela, Myadaira e Aguiar (2025), é acompanhada por uma evolução nas condições de trabalho e equidade para o público feminino. Existe uma tensão latente entre o trabalho prescrito pelas normas institucionais, que pregam a igualdade, e o trabalho real, permeado por preconceitos e falta de infraestrutura. Investigar esse hiato é fundamental para propor soluções que não apenas aumentem os índices de apreensão de armas e drogas, mas que também garantam a saúde ocupacional e a valorização de todas as policiais envolvidas no processo.

Historicamente, a PMAM foi estruturada sob valores profundamente masculinizados, onde a força física e a bravura eram atributos dissociados da presença feminina. Pereira, Santos e Aguiar (2025) explicam que a inserção feminina ocorreu em um contexto de redemocratização, mas a cultura organizacional permaneceu ancorada em tradições que resistem à mudança. Essa resistência se manifesta na divisão sexual do trabalho, onde as mulheres são frequentemente direcionadas para funções administrativas ou de policiamento escolar, sob a justificativa de uma suposta "natureza feminina" mais afeita ao cuidado. O motopatrulhamento tático, por ser uma atividade de alto risco e visibilidade, torna-se o palco principal de disputa por esse espaço de atuação plena, exigindo que a policial feminina prove constantemente sua competência técnica para ser aceita como igual em patrulha.

A fundamentação teórica sobre o gênero nas instituições militares, conforme explorado por Brito, Oliveira e Jorge (2023), indica que a identidade do "ser policial" é historicamente construída em oposição ao feminino. Nesse sentido, a entrada da mulher em unidades como a ROCAM não representa apenas uma mudança estatística, mas uma afronta ao simbolismo da virilidade que sustenta o ethos militar. A pesquisa de Grisoski (2022) corrobora essa visão ao aplicar a psicodinâmica do trabalho, demonstrando que as mulheres policiais muitas vezes

precisam adotar comportamentos masculinizados ou exaltar a virilidade para mitigar o sofrimento ético e garantir sua sobrevivência profissional. Esse cenário cria um ambiente onde a desigualdade não é apenas externa, manifestada na falta de alojamentos, mas interna, refletida na produção de subjetividades que precisam negociar sua identidade de gênero diariamente.

Quanto à eficácia operacional do motopatrulhamento, os dados são contundentes no sentido de sua necessidade para o Amazonas. Portela, Myadaira e Aguiar (2025) relatam que a agilidade das motocicletas permite que as guarnições cheguem ao local da ocorrência em tempo reduzido, muitas vezes interceptando criminosos que utilizam o mesmo veículo para a prática de roubos. A doutrina de atualização da ROCAM (2022) estabelece procedimentos rigorosos de segurança e técnica de pilotagem, os quais devem ser aplicados indistintamente. Entretanto, o desafio para a inserção feminina reside no fato de que esses treinamentos, muitas vezes, não consideram as especificidades ergonômicas e biológicas, tornando o processo de capacitação um filtro que, intencionalmente ou não, acaba por privilegiar o biotipo masculino, dificultando a ascensão de mulheres a este posto especializado.

A análise da comunicação digital e da imagem institucional também revela nuances importantes sobre como a mulher policial é apresentada à sociedade. Silva e Aguiar (2025) observam que, enquanto o perfil oficial da PMAM busca transmitir uma imagem de modernidade, a representação da mulher ainda oscila entre a operacionalidade técnica e o papel estético/assistencialista. Essa dualidade influencia a percepção pública e o próprio clima interno da corporação. Se a instituição não comunica de forma clara a importância e a competência da mulher no motopatrulhamento tático, a quebra de paradigmas mencionada no título deste trabalho torna-se um processo mais lento e doloroso para aquelas que estão na ponta da linha, enfrentando o crime e o preconceito simultaneamente nas ruas de Manaus.

O conceito de "dispositivo da eficácia", discutido por Grisowski (2022), é central para entender por que certas áreas da polícia permanecem refratárias à presença feminina. Na visão de muitos componentes da tropa, a presença de uma mulher poderia, teoricamente, comprometer a segurança da equipe em situações de confronto físico intenso. No entanto, a prática do motopatrulhamento tático demonstra que a técnica, o uso escalonado da força e o domínio do equipamento são mais relevantes que a força bruta isolada. Como aponta Portela, Myadaira e Aguiar (2025), o sucesso das operações da 3ª Companhia de Motocicletas reside no adestramento e na coordenação da equipe Padrão ROCAM, elementos que podem ser executados com excelência por mulheres, desde que recebam o mesmo nível de investimento e

confiança institucional.

As barreiras estruturais mencionadas por Pereira, Santos e Aguiar (2025) não se limitam apenas à falta de banheiros ou dormitórios, mas estendem-se à carência de equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados ao corpo feminino. Coletes balísticos pesados e mal ajustados, além de motocicletas de alta cilindrada que não consideram a ergonomia feminina, representam riscos adicionais à saúde da policial. Ribeiro e Faria (2023) reforçam que a negligência com essas "pequenas" questões logísticas é uma forma de exclusão indireta. Para que a integração na ROCAM seja efetiva, é necessário que a logística da PMAM acompanhe a evolução doutrinária, garantindo que o hardware (equipamento) seja tão inclusivo quanto o software (normas e doutrinas) pretende ser, evitando o adoecimento físico e mental das servidoras.

A hipótese levantada por este estudo sugere que a plena inserção feminina no motopatrulhamento tático da PMAM resultará em um aumento da legitimidade institucional e em uma melhora na qualidade do atendimento às ocorrências que envolvem vítimas vulneráveis. Embora a modalidade tenha um foco repressivo acentuado, a presença de mulheres em equipes de elite humaniza a imagem da polícia sem perder a força necessária para o combate ao crime. Silva e Aguiar (2025) destacam que a inovação na gestão e na comunicação é fundamental para que essas mudanças sejam percebidas pela população. A hipótese se sustenta na ideia de que a diversidade tática, que une a agilidade da motocicleta com a versatilidade da atuação feminina, é o caminho para uma segurança pública mais resiliente e eficaz no século XXI.

O contexto legal e normativo também ampara esta discussão. A Constituição Federal e diversas leis estaduais garantem a igualdade de condições no serviço público, mas a realidade das corporações militares muitas vezes opera sob uma "lei não escrita" de tradição e hierarquia baseada no gênero. Brito, Oliveira e Jorge (2023) discutem como os desafios futuros para as polícias militares passam obrigatoriamente pela revisão dessas culturas arcaicas. No Amazonas, a Lei nº 3.498/2010 (AMAZONAS, 2010) e outras normatizações internas precisam ser constantemente revisitadas para assegurar que as cotas de ingresso e as oportunidades de cursos de especialização, como o de Motopatrulhamento Tático, não sejam limitadas por interpretações subjetivas que desfavoreçam as mulheres, garantindo um fluxo de carreira justo e transparente.

A estrutura deste artigo, seguindo o Método Denison Aguiar, organiza-se de modo a fornecer uma visão holística do problema. Após esta introdução detalhada, a metodologia

explicará o rigor científico aplicado na coleta de dados bibliográficos e documentais. Os resultados e discussões confrontarão as estatísticas de produtividade da ROCAM, apresentadas por Portela, Myadaira e Aguiar (2025), com as percepções de gênero e os desafios de inserção relatados por Pereira, Santos e Aguiar (2025) e Grisoski (2022). O objetivo é criar um diagnóstico preciso que sirva de base para recomendações práticas à gestão da PMAM, visando a otimização do policiamento sobre duas rodas e a valorização do capital humano feminino, essencial para a estratégia de segurança do Estado.

Em última análise, este trabalho busca contribuir para o debate sobre a modernização das instituições de força no Brasil. O motopatrulhamento tático em Manaus não é apenas uma tática de combate ao roubo, mas um símbolo de como a polícia pode se adaptar aos novos tempos. Integrar mulheres nessa elite operacional significa romper com séculos de exclusão e reconhecer que a inteligência, a técnica e a coragem não possuem gênero. Como concluem Silva e Aguiar (2025), o futuro da Polícia Militar do Amazonas depende de sua capacidade de se comunicar com a sociedade e de internalizar os valores de justiça e equidade que ela própria jurou proteger, transformando a ROCAM em um exemplo de eficiência e inclusão para todo o país.

MÉTODOS

A presente investigação científica classifica-se, quanto à sua natureza, como uma pesquisa básica, uma vez que busca gerar novos conhecimentos úteis para o avanço da segurança pública, sem prever uma aplicação prática imediata de caráter tecnológico, mas visando a compreensão de fenômenos sociais complexos. Sob o ponto de vista da abordagem do problema, o estudo é estritamente qualitativo, focando na interpretação de significados e na análise profunda de processos históricos e institucionais. Segundo Pereira, Santos e Aguiar (2025), a abordagem qualitativa permite que o pesquisador examine as nuances das relações de gênero e os desafios de integração em ambientes militares, os quais não seriam plenamente captados apenas por métricas quantitativas. Assim, priorizou-se a análise subjetiva das barreiras culturais e estruturais que permeiam o cotidiano das policiais militares no Amazonas.

No que tange aos objetivos, a pesquisa assume um caráter exploratório e descritivo, visando proporcionar maior familiaridade com o tema da atuação feminina no motopatrulhamento tático, ainda pouco explorado na literatura regional. A fase descritiva do trabalho ocupou-se em detalhar as características operacionais da 3ª Companhia de Motocicletas

do 2º Batalhão de Choque (ROCAM), bem como a evolução do efetivo feminino na Polícia Militar do Amazonas. De acordo com Portela, Myadaira e Aguiar (2025), o detalhamento das dinâmicas do policiamento com motocicletas é essencial para compreender como a agilidade técnica se choca com estruturas organizacionais rígidas. A descrição minuciosa dessas realidades serviu de base para identificar o hiato existente entre as normas doutrinárias prescritas pela instituição e a realidade vivenciada pelas policiais na ponta da linha.

O procedimento técnico adotado foi a pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada na documentação indireta. A pesquisa bibliográfica envolveu a seleção e o exame crítico de artigos científicos, teses e dissertações que discutem a psicodinâmica do trabalho, a divisão sexual do trabalho e a história das mulheres nas forças de segurança. Grisoski (2022) destaca que a revisão de produções teóricas sobre a inserção feminina é fundamental para articular a experiência laboral com a produção de subjetividade e a exaltação da virilidade. Foram consultadas bases de dados como SciELO e Google Acadêmico, selecionando obras que oferecessem sustentação teórica ao debate sobre a quebra de paradigmas na ROCAM, garantindo que a fundamentação estivesse alinhada com as discussões mais recentes da área.

Complementarmente, a pesquisa documental debruçou-se sobre fontes primárias não editadas e documentos oficiais que regem a atividade policial no estado. Foram analisados os relatórios de produtividade da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM), a Doutrina de Atualização da ROCAM (2022) e legislações específicas como a Lei nº 3.498/2010 (AMAZONAS, 2010). Silva e Aguiar (2025) ressaltam a importância de analisar a comunicação digital institucional e os registros oficiais para verificar como a imagem da mulher é construída e vinculada à operacionalidade tática. Essa análise documental permitiu confrontar os dados de apreensões e prisões realizados pela unidade de motopatrulhamento com os normativos que definem o perfil do policial de choque, evidenciando as barreiras logísticas e de infraestrutura que afetam as mulheres.

Por fim, o método de análise utilizado foi o dedutivo, partindo das teorias gerais sobre gênero e militarismo para a compreensão das particularidades do motopatrulhamento tático em Manaus. O tratamento dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo, o que permitiu categorizar os achados em eixos temáticos: evolução histórica, desafios ergonômicos e culturais, e impacto operacional. Conforme preconizado por Ribeiro e Faria (2023), esse método é eficaz para desvelar as estruturas de poder invisíveis que moldam a carreira profissional da mulher policial. Todo o processo de redação e citação seguiu rigorosamente as normas da ABNT NBR

10520 e NBR 6023, assegurando a integridade ética e a validade científica das informações apresentadas, conforme as diretrizes de comunicação científica contemporâneas.

RESULTADOS

Antes de adentrar na análise pormenorizada da eficácia técnica das unidades motorizadas, é imperativo contextualizar que os resultados aqui expostos derivam do confronto entre os dados oficiais de produtividade da Secretaria de Segurança Pública e a realidade fenomenológica observada nas ruas de Manaus. A discussão que se segue busca não apenas quantificar o sucesso das operações, mas qualificar a experiência de serviço sob a égide da Doutrina Nacional de Policiamento com Motocicletas. A transição para um modelo de policiamento ágil representa a resposta do Estado ao dinamismo das manchas criminais urbanas, exigindo uma simbiose perfeita entre homem, máquina e estratégia. Esta seção investigará como essa engrenagem funciona na prática, quais paradigmas foram rompidos pela entrada das mulheres e quais são as lacunas que ainda impedem a plenitude do trabalho real no Amazonas.

3.1 Eficácia Operacional do Motopatrulhamento Tático em Manaus

Os resultados obtidos demonstram que o motopatrulhamento tático, executado pela 3ª 9
Companhia de Motocicletas do 2º BPCCHOQUE/ROCAM, consolidou-se como uma ferramenta de resposta estratégica indispensável para o combate à criminalidade na capital amazonense. A análise dos relatórios da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM) revela que a unidade deu um novo dinamismo ao trabalho repressivo, especialmente no centro comercial e em áreas de difícil acesso geográfico. A reativação desta companhia no ano de 2020 permitiu uma atuação mais incisiva contra crimes de roubo, furto e tráfico de drogas, preenchendo uma lacuna operacional que persistiu por anos na estrutura da Polícia Militar do Amazonas (PMAM). Conforme Portela, Myadaira e Aguiar (2025), o emprego de motocicletas de alta cilindrada amplia significativamente a capacidade de resposta em zonas de maior vulnerabilidade social, onde a infraestrutura urbana precária impede a entrada de viaturas convencionais.

A eficácia desta modalidade de policiamento está diretamente ligada à superação dos obstáculos impostos pelo crescimento desordenado de Manaus, que resultou em uma malha urbana composta por becos e vielas. Nessas áreas, o patrulhamento com viaturas de quatro rodas torna-se inviável, exigindo que o Estado invista em veículos que garantam a onipresença

policial em territórios antes dominados por grupos criminosos locais. A agilidade inerente às motocicletas permite que as guarnições acessem locais de conflito em tempo reduzido, o que é um fator determinante para a preservação da ordem pública. Segundo destacam Portela, Myadaira e Aguiar (2025), a agilidade e a flexibilidade das equipes da ROCAM Motos possibilitam a realização de abordagens táticas em locais onde o infrator acreditava estar seguro da perseguição policial motorizada.

A Doutrina Nacional de Policiamento com Motocicletas estabelece que o uso desse veículo proporciona grande dinamismo e facilidade de deslocamento em congestionamentos, fator crítico em uma metrópole com mobilidade reduzida. Em Manaus, onde o fluxo de veículos é intenso em horários de pico, a motocicleta destaca-se pela capacidade de transpor barreiras físicas e chegar ao local da ocorrência enquanto o crime ainda está em andamento. A 3ª CIA Motos/ROCAM segue rigorosamente essa doutrina, operando com equipes estruturadas para garantir a segurança dos operadores e a eficácia da missão. Para Portela, Myadaira e Aguiar (2025), a versatilidade da motocicleta permite que a PMAM realize rondas ostensivas que coíbem delitos de maneira muito mais célere que o modelo de patrulhamento tradicional em quatro rodas.

A estrutura das equipes na ROCAM é fundamentada na cooperação técnica, onde cada componente possui uma função específica para mitigar os riscos inerentes à atividade. Operando geralmente em "Equipes Full" de cinco policiais ou "Equipes Padrão" de quatro, a unidade garante a segurança periférica necessária durante as incursões em zonas de alto risco. Esta organização tática visa proteger o piloto e o garupa durante o deslocamento e a abordagem, minimizando as chances de reação adversa por parte dos criminosos. Segundo a análise de Portela, Myadaira e Aguiar (2025), o sucesso das operações da 3ª Companhia reside no adestramento rigoroso e na coordenação das equipes, elementos que transformam a motocicleta em uma plataforma de força letal e seletiva.

A produtividade da ROCAM Motos é expressiva, com dados indicando a captura de centenas de infratores e a apreensão de armamentos de diversos calibres em curto espaço de tempo. Esse desempenho operacional reforça a percepção de que a unidade é um braço forte da segurança pública no combate aos crimes patrimoniais, que são o maior motivo de insegurança na capital. A presença constante das motocicletas nos principais corredores viários e bairros periféricos gera um efeito de dissuasão que impacta diretamente os índices de criminalidade. De acordo com Portela, Myadaira e Aguiar (2025), o impacto do motopatrulhamento tático é

visível na redução de roubos e furtos, fortalecendo a sensação de segurança dos cidadãos que utilizam o transporte público e vias comerciais.

Contudo, a manutenção dessa eficácia exige um investimento permanente na atualização técnica dos policiais e na renovação da frota de motocicletas. A atividade tática sobre duas rodas impõe um desgaste físico elevado aos operadores, que precisam lidar com o calor amazônico, a vibração do motor e a tensão constante da prontidão operacional. A escassez de treinamentos contínuos para toda a tropa é apontada como um ponto que pode comprometer a segurança dos policiais a longo prazo. Portela, Myadaira e Aguiar (2025) sugerem que a padronização das ações e o investimento em cursos de especialização são fundamentais para que o motopatrulhamento tático continue evoluindo em sintonia com as demandas sociais de Manaus.

A integração da tecnologia e da inteligência policial nas operações de motopatrulhamento também se mostrou um diferencial nos resultados apresentados pela ROCAM. O uso de terminais móveis e a comunicação em tempo real com o Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS) permitem que as equipes de motos interceptem veículos roubados antes mesmo que estes saiam do perímetro do crime. Essa integração aumenta a probabilidade de êxito nas ocorrências e garante que a força seja aplicada de forma precisa e técnica. Conforme sustentam Portela, Myadaira e Aguiar (2025), a modernização do policiamento sobre motocicletas é o caminho para uma segurança pública mais resiliente e capaz de enfrentar as novas dinâmicas do crime organizado urbano.

11

A imagem institucional da ROCAM perante a sociedade amazonense é de uma unidade de elite, pronta para intervir em situações de crise e alta periculosidade. Essa credibilidade é fruto de anos de serviço e da postura austera de seus integrantes, que personificam a força do Estado nas ruas. A visibilidade das motocicletas, com suas sirenes e luzes de emergência, atua como um símbolo de ordem em ambientes muitas vezes negligenciados pelo poder público. Segundo Portela, Myadaira e Aguiar (2025), a ROCAM Motos representa a vanguarda da Polícia Militar no Amazonas, sendo um modelo de agilidade e técnica que deve ser fortalecido e expandido para outras regiões do estado.

Por fim, a eficácia operacional não deve ser medida apenas por números de prisões, mas pela capacidade de a polícia se fazer presente onde o cidadão mais precisa. O motopatrulhamento tático cumpre esse papel ao romper as barreiras físicas da cidade e estabelecer um novo paradigma de patrulhamento ostensivo. A mobilidade urbana de Manaus,

embora desafiadora, torna-se o palco onde a ROCAM demonstra sua utilidade pública diária. Para Portela, Myadaira e Aguiar (2025), a consolidação desta modalidade de policiamento é uma vitória da gestão de segurança pública, que soube adaptar as ferramentas disponíveis às reais necessidades geográficas e sociais da capital.

3.2 A Inserção Feminina e a Quebra de Paradigmas na PMAM

A trajetória das mulheres na Polícia Militar do Amazonas é marcada por um processo de luta por reconhecimento e ocupação de espaços historicamente masculinizados. Desde a criação do Pelotão de Polícia Feminina em 1980, a presença das mulheres evoluiu de funções estritamente assistenciais para uma participação ativa em diversas frentes da corporação. No entanto, essa evolução não ocorreu sem resistências culturais profundas, enraizadas em uma doutrina que privilegiava o vigor físico masculino como critério de excelência. Conforme Pereira, Santos e Aguiar (2025), a inserção feminina na PMAM representou um marco na modernização institucional, embora ainda persista o desafio de integrar plenamente as policiais em unidades de policiamento tático.

A divisão sexual do trabalho dentro da polícia reflete preconceitos sociais que relegam as mulheres a funções consideradas mais "leves" ou administrativas. Na PMAM, durante décadas, as policiais foram direcionadas para o atendimento de crianças, idosos e mulheres vítimas de violência, sob o pretexto de uma suposta sensibilidade natural do gênero. Essa prática, embora importante, acabou por criar uma segregação interna que dificultava o acesso das mulheres aos cursos de especialização de choque e motopatrulhamento. De acordo com Pereira, Santos e Aguiar (2025), a superação dessa divisão exige uma mudança de mentalidade tanto do comando quanto da tropa, reconhecendo a competência técnica acima do gênero.

O conceito de "exaltação da virilidade", discutido no campo da psicodinâmica do trabalho, ajuda a explicar a resistência à presença feminina em unidades como a ROCAM. A identidade do policial de choque é muitas vezes construída sobre a ideia de força bruta, agressividade controlada e resistência ao sofrimento físico, atributos socialmente vinculados ao masculino. Quando uma mulher ingressa nesse ambiente, ela desafia a estética e a ética da virilidade militar, exigindo que o grupo repense seus valores fundamentais. Segundo Grisoski (2022), as mulheres policiais muitas vezes se sentem compelidas a adotar comportamentos masculinizados ou a demonstrar um desempenho superior ao dos homens para serem aceitas como membros legítimos da equipe.

A integração de mulheres no motopatrulhamento tático da ROCAM é um dos maiores

exemplos de quebra de paradigmas na segurança pública amazonense. Atuar sobre uma motocicleta de alta potência, portando armamento pesado e operando em zonas de conflito, exige uma destreza técnica que independe do sexo do operador. As policiais que logram êxito nessa função demonstram que a inteligência tática e o adestramento técnico são os verdadeiros pilares da eficiência policial. Conforme apontam Pereira, Santos e Aguiar (2025), a presença feminina no tático não apenas diversifica a tropa, mas humaniza o atendimento policial, permitindo uma abordagem diferenciada em ocorrências de alta complexidade social.

Apesar das conquistas, as mulheres na PMAM ainda enfrentam o chamado "teto de vidro", que limita sua ascensão aos postos de comando mais elevados em unidades operacionais. A maioria das oficiais femininas ocupa cargos em seções administrativas ou de apoio logístico, enquanto o comando dos grandes batalhões de área e especializados permanece majoritariamente masculino. Essa sub-representação nos espaços de decisão impede que as demandas específicas das mulheres sejam pautadas na gestão estratégica da corporação. Para Pereira, Santos e Aguiar (2025), a equidade de gênero na polícia só será plena quando a competência profissional for o único critério para a ocupação de cargos de liderança operacional.

A questão da comunicação digital e da imagem institucional também desempenha um papel crucial na percepção da mulher policial. A forma como a PMAM apresenta suas policiais nas redes sociais pode reforçar estereótipos ou ajudar a desconstruí-los, dependendo da narrativa adotada. Quando a instituição destaca a atuação operacional de suas mulheres na ROCAM, ela envia uma mensagem de modernidade e inclusão para a sociedade e para o próprio público interno. Segundo Silva e Aguiar (2025), a padronização de uma comunicação que valorize a técnica e o profissionalismo das policiais femininas é essencial para consolidar a quebra de paradigmas e atrair novas candidatas vocacionadas para a carreira militar.

O assédio moral e sexual, embora muitas vezes silenciado pela rígida hierarquia militar, é uma barreira real que afeta a saúde mental e a permanência das mulheres na polícia. A estrutura verticalizada e a cultura da caserna muitas vezes dificultam a denúncia e a punição de condutas impróprias, criando um ambiente hostil para o público feminino. Para enfrentar esse problema, é necessário que a instituição implemente canais de denúncia seguros e políticas de tolerância zero contra qualquer forma de discriminação. Conforme ressaltam Pereira, Santos e Aguiar (2025), a proteção da dignidade da policial feminina é um requisito básico para que ela possa desempenhar suas funções com segurança e motivação.

A maternidade e a conciliação entre a vida familiar e a escala de serviço militar

representam outro desafio significativo para as policiais do Amazonas. A natureza imprevisível da atividade operacional e as escalas de 24 horas muitas vezes chocam-se com as demandas do cuidado doméstico, que socialmente ainda recaem sobre as mulheres. Sem políticas de suporte institucional, como creches e flexibilização de horários em períodos críticos, muitas mulheres acabam optando por funções administrativas para evitar prejuízos à sua vida familiar. De acordo com Pereira, Santos e Aguiar (2025), a valorização da policial feminina passa obrigatoriamente pela criação de condições que permitam a conciliação harmoniosa entre a carreira e a vida pessoal.

Por fim, a história das mulheres na PMAM é um testemunho de resiliência e competência. A quebra de paradigmas na ROCAM é apenas o ápice de um processo contínuo de transformação institucional que busca uma polícia mais justa e representativa. A presença feminina no motopatrulhamento tático não é um favor concedido, mas um direito conquistado por meio de provas, cursos e dedicação ao serviço público. Para Pereira, Santos e Aguiar (2025), o futuro da segurança pública no Amazonas depende da capacidade da instituição de valorizar seu capital humano em toda a sua diversidade, garantindo que as mulheres continuem avançando em todas as frentes de combate ao crime.

3.3 Desafios Estruturais, Culturais e Ergonômicos no Trabalho Real

A análise do trabalho real das policiais femininas na ROCAM revela um descompasso entre o que é prescrito pelas normas e as condições oferecidas no cotidiano das unidades. As barreiras estruturais, como a falta de alojamentos e vestiários adequados para o público feminino em muitos quartéis, são formas de exclusão indireta que dificultam a rotina operacional. A infraestrutura policial, pensada historicamente para homens, precisa ser urgentemente adaptada para acolher o efetivo feminino de forma digna e privativa. Segundo Pereira, Santos e Aguiar (2025), a negligência com essas questões básicas de logística comunica às policiais que sua presença ainda é vista como um "imprevisto" pela administração institucional.

Os desafios ergonômicos são particularmente agudos no contexto do motopatrulhamento tático, onde o equipamento utilizado é padronizado sem considerar as diferenças anatômicas entre homens e mulheres. O peso dos coletes balísticos, a ergonomia dos assentos das motocicletas de alta cilindrada e o tamanho dos armamentos táticos podem gerar lesões crônicas em policiais que não possuem o biótipo para o qual esses itens foram projetados.

A falta de equipamentos de proteção individual (EPIs) adaptados ao corpo feminino não é apenas um problema de conforto, mas de segurança operacional e saúde ocupacional. De acordo com Brito, Oliveira e Jorge (2023), a adaptação de equipamentos e uniformes é fundamental para reduzir o adoecimento físico e aumentar a eficiência das mulheres nas forças de segurança.

O clima amazônico atua como um agravante para o desgaste físico das equipes da ROCAM, que passam horas sob sol intenso ou chuvas torrenciais. O uso de trajes táticos completos, botas pesadas e capacetes fechados gera um estresse térmico severo que afeta a concentração e a resistência do operador. Para as mulheres, que muitas vezes enfrentam ciclos biológicos específicos, a ausência de pausas para hidratação e higiene adequada em campo torna o serviço ainda mais penoso. Segundo Pereira, Santos e Aguiar (2025), a saúde da policial feminina deve ser monitorada de perto, com programas de medicina do trabalho que entendam as especificidades da atuação no motopatrulhamento tático na região norte do Brasil.

No campo cultural, a resistência dos colegas homens à presença de mulheres em guarnições de choque ainda é um fator de tensão latente. Persiste a crença infundada de que a presença de uma mulher pode comprometer a segurança da equipe em caso de confronto físico intenso ou necessidade de força bruta. Esse preconceito obriga a policial feminina a um estado de alerta constante, onde ela precisa provar sua bravura e competência técnica a cada ocorrência para ganhar o respeito do grupo. Conforme Grisowski (2022), essa necessidade de superação constante gera um desgaste emocional significativo, podendo levar ao esgotamento profissional ou ao isolamento social dentro da própria corporação.

A psicodinâmica do trabalho aplicada à PMAM sugere que o "tirocínio" policial, ou seja, a capacidade de identificar situações de risco, é uma habilidade valorizada que muitas vezes é negada às mulheres pela falta de experiência operacional de rua. Quando as policiais são mantidas em funções internas, elas perdem a oportunidade de desenvolver esse instinto prático que é essencial para o serviço na ROCAM. A quebra desse ciclo depende de uma política de escalas que garanta a rotatividade e o acesso igualitário a todas as missões. Segundo Grisowski (2022), a privação de atividades operacionais é uma forma de violência simbólica que retira da trabalhadora a possibilidade de realizar plenamente sua vocação profissional.

As dificuldades de comunicação e a falta de canais de diálogo transparente entre o comando e a ponta da linha também afetam o desempenho das policiais. Muitas vezes, decisões que impactam a rotina feminina são tomadas sem a consulta a representantes desse grupo, resultando em normas que não atendem às necessidades reais das operadoras. A criação de

comissões de gênero ou grupos de trabalho específicos dentro da PMAM poderia ajudar a identificar e solucionar esses problemas de forma participativa. Para Silva e Aguiar (2025), a inovação na gestão policial passa obrigatoriamente pela escuta ativa dos subordinados e pela democratização dos processos de tomada de decisão sobre logística e infraestrutura.

A formação inicial e continuada nas academias de polícia ainda carece de uma perspectiva de gênero que prepare os futuros oficiais e praças para conviverem em um ambiente diverso. O currículo muitas vezes exalta exemplos de heróis masculinos e táticas baseadas exclusivamente na força física, ignorando a contribuição das mulheres e o uso da inteligência emocional no gerenciamento de crises. Uma reforma educacional na PMAM, que inclua disciplinas sobre direitos humanos, relações de gênero e ergonomia, seria um passo decisivo para modernizar a cultura da instituição. De acordo com Brito, Oliveira e Jorge (2023), a educação é a ferramenta mais poderosa para desconstruir preconceitos e formar policiais mais técnicos e humanos.

O impacto da rotina de risco na saúde mental das mulheres policiais é outro ponto que merece atenção urgente por parte do Estado. O medo do confronto, a pressão por resultados e a convivência diária com a tragédia social de Manaus podem gerar transtornos de ansiedade e depressão. Sem um serviço de psicologia robusto e descentralizado, muitos policiais acabam se automedicando ou sofrendo em silêncio para evitar o estigma de serem considerados "inaptos" para o serviço operacional. Conforme Pereira, Santos e Aguiar (2025), o cuidado com a mente do policial é tão importante quanto a manutenção de sua arma, sendo essencial para a sustentabilidade de longo prazo do sistema de segurança pública.

Em conclusão, os desafios estruturais e culturais enfrentados pelas mulheres na ROCAM são reflexos de uma instituição que ainda está em processo de adaptação à modernidade. Superar essas barreiras exige vontade política, investimento financeiro e uma mudança profunda na mentalidade de todos os envolvidos. O motopatrulhamento tático é uma ferramenta de excelência que só alcançará seu pleno potencial quando todos os seus operadores, homens e mulheres, tiverem condições iguais de trabalho e valorização. Para Pereira, Santos e Aguiar (2025), a evolução da PMAM rumo a uma força policial mais equitativa e eficiente é um caminho sem volta, essencial para a construção de uma sociedade amazonense mais segura e democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões empreendidas ao longo deste artigo permitem concluir que o motopatrulhamento tático representa um avanço estratégico irreversível para a segurança pública na cidade de Manaus, dada a sua excepcional capacidade de adaptação aos gargalos da mobilidade urbana e à complexidade geográfica das periferias. A atuação da 3ª Companhia de Motocicletas da ROCAM demonstrou que a agilidade e a técnica de pilotagem são vetores fundamentais para a redução dos índices de criminalidade, especialmente em modalidades de delitos que utilizam a motocicleta como meio de fuga. Conforme Portela, Myadaira e Aguiar (2025), a reativação desta unidade especializada em 2020 preencheu uma lacuna operacional crítica, permitindo que a Polícia Militar do Amazonas restabelecesse a ordem pública em áreas de difícil acesso, como becos e vielas, onde o policiamento convencional de quatro rodas encontrava limitações intransponíveis, reafirmando a relevância do motopatrulhamento como pilar da defesa social.

No que tange à inserção feminina, observou-se que a trajetória das mulheres na Polícia Militar do Amazonas é marcada por uma transição gradual de funções assistenciais para o protagonismo em unidades operacionais de elite, embora esse processo ainda seja permeado por desafios estruturais e culturais. A quebra de paradigmas na ROCAM evidencia que a competência técnica e o adestramento profissional sobrepõem-se às limitações biológicas, permitindo que a policial feminina atue com excelência em missões de alto risco. Pereira, Santos e Aguiar (2025) ressaltam que, apesar dos avanços históricos desde a década de 1980, a integração plena das mulheres exige que a instituição rompa definitivamente com a visão estereotipada que associa o feminino exclusivamente ao cuidado e ao setor administrativo, garantindo que o "tirocínio" e a bravura sejam reconhecidos como atributos universais da profissão policial, independentemente do gênero.

Os desafios estruturais identificados, como a carência de alojamentos femininos e a falta de ergonomia em equipamentos de proteção individual, revelam que a infraestrutura institucional ainda não acompanhou a evolução do efetivo. A ausência de banheiros, vestiários e EPIs adaptados ao corpo feminino não representa apenas um problema logístico, mas uma barreira simbólica que reforça a percepção de que certas áreas da polícia permanecem refratárias à presença das mulheres. De acordo com as análises de Pereira, Santos e Aguiar (2025), a negligência com essas condições básicas de trabalho impacta diretamente a dignidade e a saúde ocupacional das policiais, tornando imperativo que a gestão da PMAM direcione investimentos

específicos para a adequação das unidades operacionais, garantindo que o hardware institucional seja tão inclusivo quanto a doutrina que rege a corporação.

Sob a perspectiva da psicodinâmica do trabalho, o estudo desvelou que a cultura da virilidade ainda exerce uma forte pressão sobre as mulheres policiais, que muitas vezes precisam performar comportamentos masculinizados para obter legitimidade perante o grupo. A necessidade constante de provar competência superior para mitigar preconceitos gera um desgaste emocional que deve ser monitorado pela instituição para evitar o adoecimento mental da tropa. Grisoski (2022) alerta que a exaltação da força física bruta em detrimento da inteligência tática contribui para a manutenção da desigualdade de gênero nas forças militares brasileiras. Portanto, a valorização da policial feminina na ROCAM passa pelo reconhecimento de que a diversidade de perfis em uma equipe de patrulhamento tático amplia a gama de respostas possíveis diante da violência urbana, tornando a atuação do Estado mais resiliente e tecnicamente qualificada.

Quanto à eficácia operacional futura, a pesquisa sugere que a continuidade do sucesso da 3ª CIA Motos depende da implementação de programas de treinamento contínuo e da renovação constante da frota e dos equipamentos. A padronização das ações e o investimento em cursos de especialização que incluam a perspectiva de gênero e a ergonomia são fundamentais para garantir a segurança dos operadores e a qualidade do serviço prestado. Portela, Myadaira e Aguiar (2025) sustentam que a inovação na gestão e a modernização tecnológica são o caminho para enfrentar as novas dinâmicas do crime organizado em Manaus. Assim, o fortalecimento do motopatrulhamento tático deve ser acompanhado por políticas de valorização do capital humano, assegurando que o policial, homem ou mulher, tenha os meios necessários para exercer sua missão constitucional com a máxima eficiência e segurança.

Por fim, este artigo reitera que a integração entre a agilidade tática das motocicletas e a competência das policiais femininas é um diferencial estratégico para a Polícia Militar do Amazonas. A quebra de paradigmas na ROCAM serve de exemplo para outras unidades e estados, demonstrando que a segurança pública moderna exige representatividade e técnica em igual medida. Recomenda-se que a PMAM adote as diretrizes propostas de comunicação digital e inclusão para projetar uma imagem de modernidade que atraia novas vocações femininas para as áreas operacionais. Como concluem Silva e Aguiar (2025), a construção de uma polícia mais equitativa e eficiente é um compromisso democrático que beneficia toda a sociedade

amazonense, transformando o combate à criminalidade em uma ação pautada pelo profissionalismo, pela técnica e pelo respeito absoluto à dignidade humana de seus integrantes.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Lei nº 3.498, de 06 de setembro de 2010. Dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa do Estado do Amazonas e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Amazonas, Manaus, 06 set. 2010. Disponível em: <https://sapl.al.am.leg.br/norma/7953> Acesso em: 09 fev. 2026.

GRISOSKI, Daniela Cecilia. Divisão sexual do trabalho no contexto da Polícia Militar: uma análise no campo da psicodinâmica do trabalho. Psicologia Revista, v. 31, n. 2, p. 287-309, 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/psicorevista/article/view/52351>. Acesso em: 05 fev. 2026.

LOPES, Rebeca da Silva Brito et al. Mulheres na Polícia Militar: História, cultura e desafios futuros. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6208>. Acesso em: 05 fev. 2026.

PORTELA, Juvenal Cavalcante; MYADAIARA, Fernando Yukio; DE AGUIAR, Denison Melo. O IMPACTO DO MOTOPATRULHAMENTO TÁTICO NO COMBATE À CRIMINALIDADE NA CIDADE DE MANAUS/AM. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 12, p. 5469-5487, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/23364>. Acesso em: 05 fev. 2026.

RIBEIRO, Laura da Cunha Gomes et al. Por detrás da farda feminina: uma análise da atuação das mulheres na Polícia Militar brasileira sob a perspectiva de gênero. Revista do Ministério Público Militar, v. 50, n. 39, p. 201-222, 2023. Disponível em: <https://revista.mpm.mp.br/rmpm/article/view/268>. Acesso em: 05 fev. 2026.

SILVA PEREIRA da, Fernanda; DOS SANTOS, Leandro Albuquerque; DE AGUIAR, Denison Melo. A INSERÇÃO DAS MULHERES NA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS: DESAFIOS E CONQUISTAS. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 12, p. 7106-7130, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/23503>. Acesso em: 05 fev. 2026.